

O parto do pós-bolsonarismo



Por **JALDES MENESES***

Quando a cabeça da hidra cai, seu corpo se reorganiza em formas mais sutis e perigosas. A verdadeira batalha pelo regime político está apenas começando

1.

A semana de 26 de novembro de 2025 foi muito importante na redefinição do tabuleiro político brasileiro. A prisão de Jair Bolsonaro e de militares de alto escalão, como os generais Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira, Wagner Braga Neto e o Almirante Almir Garnier, por crimes contra a democracia, constitui um evento de proporções históricas.

Mesmo considerando, no essencial, adequadas as ressalvas pertinentes do historiador Manuel Domingos no artigo “Ineditismo enganador” – afinal, o Artigo 142 da Constituição permanece intocável –, é inegável que, pela primeira vez em 136 anos de República, um ex-presidente e seus apoiadores civis e militares foram efetivamente responsabilizados por uma tentativa de golpe de Estado.

Este ato, analisado à luz do livro *Utopia autoritária brasileira* (2025) de Carlos Fico, rompe com uma tradição secular de impunidade que perpassou cerca de 15 movimentos golpistas, cujos autores foram sistematicamente anistiados, perdoados ou reincorporados à ordem política. O Manifesto de Intelectuais, publicado nos jornais de 1/12/2025, afirma que “Esse fato não pode ser tratado como rotina institucional nem como mero desdobramento processual. Ele representa uma inflexão histórica” (“Intelectuais divulgam carta sobre prisão de Bolsonaro e generais: ‘inflexão histórica’”).

Certamente por lapso, os intelectuais não mencionam o Artigo 142 no Manifesto, mas recorrem, sem citar a fonte, à classificação advinda de Samuel P. Huntington, em *A ordem política nas sociedades em mudança* (1975), do Brasil como uma sociedade irremediavelmente “pretoriana”.

Este momento representa o ápice, ainda em desenvolvimento que pode ser truncado, de uma lenta e difícil consolidação de mecanismos de autodefesa da democracia constitucional. A mensagem é poderosa: a estratégia de mobilizar quartéis para subverter instituições não será mais tratada como um “movimento político” a ser absorvido, mas como crime a ser punido. A noção de que uma figura civil apoiada por setores militares está acima da lei foi, ao menos neste caso, juridicamente desmontada.

Contudo, este marco de afirmação democrática não ocorre no vácuo. Paradoxalmente, ele ilumina com mais clareza a emergência de um projeto de poder reacionário que busca reconfigurar o Estado brasileiro em moldes profundamente autoritários e oligárquicos. Enquanto a Justiça enterra o corpo político de Jair Bolsonaro, o “protozoário” do bolsonarismo – sua essência autoritária, antipetista e antissistema – busca novos hospedeiros.

O Brasil se encontra, assim, mais uma vez em uma encruzilhada histórica: de um lado, a possibilidade de fortalecer

definitivamente os alicerces civis e democráticos; de outro, o risco de ver consolidado um projeto que representa a mais grave regressão política e social de nossa história republicana.

2.

A prisão de Jair Bolsonaro forçou a extremidade direita do espectro político a se reorganizar. Conforme analisou o cientista político Christian Lynch – e os acontecimentos no Congresso desta semana, que tiveram como corolário a briga de Davi Alcolumbre e Hugo Motta com o governo e a cereja do bolo, a demonstração de força, *intra corpus* ao parlamento, mas com o cioso apoio da bancada rural, da rejeição dos vetos presidenciais à “PEC da Devastação”, demonstram –, estamos diante de um ensaio de “rebelião do establishment direitoso”.

Este segmento, encapsulado na figura do “Centrão”, nunca desejou o bolsonarismo em sua forma caótica, de veleidades antissistêmicas e neofascistas, que se mostrou um passivo de governança – a pandemia escancarou esse conservadorismo, abrindo espaço para o retorno do velho Lula. Embora tenha engolido Lula, as antigas desconfianças do companheiro de viagem petista permanecem, pois as classes dominantes, antigas e novas, jamais almejaram um Estado ativo, desenvolvimentista ou progressista – ou seja, tudo que amalgama a ideologia difusa do lulismo.

Quem decifrou essa charada, já em escritos dos anos 1970 sobre a ditadura e o início da transição “democrática” (uma outra época, sem dúvida, mas origem causal das estruturas vigentes transformadas pela ação do tempo social), foi o velho FHC em livros e artigos, principalmente no manual de astúcia tática intitulado *Autoritarismo e democratização* (1975): nossas classes dominantes são liberais em sentido muito específico – são alérgicas a qualquer projeto político que pretenda montar sua própria “burguesia de Estado”.

O projeto em curso no centro nervoso das classes dominantes hegemônicas, que envolve a maioria do Congresso, é potencialmente mais perigoso: a instauração de uma versão contemporânea e muito pior da República Velha. Trata-se de consolidar as práticas já existentes em um regime oligárquico controlado pelo Congresso, que funcione como protetor orgânico de três pilares fundamentais: o agronegócio, o rentismo do capital fictício desregulado (personificado na Faria Lima) e o capital estrangeiro.

Este projeto não é uma mera volta ao passado, mas uma fusão perversa do patrimonialismo oligárquico com as finanças globalizadas. Pertence a um passado museológico os tempos de vigência no Brasil do famoso “tripé” industrializante estudado por Peter Evans em *A tríplex aliança* (1980) – multinacionais, empresas nacionais e estatais.

O objetivo de hoje é totalmente outro: operar a consolidação do que se pode chamar de “Estado jagunço” ou “criminobrás”, onde as fronteiras entre o financismo e o crime organizado se borram completamente. O Banco Central correu nesta semana para pôr “alguma ordem na orgia” com regulações *post factum*. Mas a verdadeira regulação, a “eutanásia do rentista” proposta por ninguém menos que Lord Keynes, soaria, nos dias de hoje, como uma proposta saneadora vinda direto do hospício do bom senso.

3.

Este projeto de poder pós-Bolsonaro foi esboçado com notável clareza em editoriais como o da *Folha de S.Paulo* de 26/11/25, que, com o sugestivo título “Placas tectônicas sob o conflito entre governo e Congresso”, aborda as camadas internas que esse conflito abriga e disfarça.

Sua arquitetura repousa sobre a possibilidade de três tendências interligadas: (a) O “bolsonarismo sem Jair Bolsonaro”: Manutenção da agenda econômica ultraliberal, do conservadorismo moral e da pulsão autoritária, porém sem a figura “underground” e “disfuncional” do ex-presidente. É a essência sem o personagem, uma estratégia para capturar a base eleitoral fiel de Jair Bolsonaro – que detém os votos que os outros líderes da direita não têm – enquanto se oferece uma roupagem de “pragmatismo” ao restante do eleitorado.

(b) O cesarismo parlamentar: concentração de poder no Legislativo, um “semipresidencialismo informal” onde o Congresso, dominado pelo Centrão, torna-se o centro gravitacional do Estado. Este sistema não visa ampliar a representatividade, mas operar um mecanismo eficiente de proteção às franjas criminosas do capital financeiro e de barganha com o agronegócio, funcionando como um filtro que bloqueia qualquer agenda progressista oriunda do Executivo.

(c) As Forças Armadas como “Poder Moderador”: perpetuação da tutela militar sobre a política civil, um poder extraconstitucional onde os quartéis se autodelegam a função de árbitro de última instância dos conflitos políticos. Isso garante um lastro de força para o regime e mantém a espada de Dâmocles sobre qualquer tentativa de aprofundamento democrático que ameace os interesses do establishment.

Este regime, radicalmente antipopular e antidemocrático, representa a forma teleológica do neoliberalismo no Brasil. Sua expressão política natural não pode ser uma democracia liberal clássica, mas sim um estado policial-jagunço de compra e venda de proteção. Tivemos um ensaio deste formato no governo de Michel Temer, mas a nova versão, se eleita, carregaria tinturas ainda mais reacionárias e de extrema direita.

A mídia tradicional, embora decadente, ainda desempenha um papel crucial na viabilização deste projeto, atuando menos como cão de guarda e mais como cúmplice ativo e interveniente. A cobertura do caso Banco Master, por exemplo, mostrada no programa *Fantástico*, da *Rede Globo*, apresentada no domingo 23/11/25, é emblemática: embora dotadas de todos os recursos do jornalismo investigativo, provendo algumas denúncias muito graves, ao fim e ao cabo, contudo, resultou numa reportagem que falhou em esclarecer aos leigos o mais importante.

Não esclareceu devidamente a proposta de compra pelo BRB, ignorou jogar no ar a complexa engenharia financeira em cascata, não explorou as ligações com o crime organizado e, principalmente e mais importante, não citou um só político do Centrão envolvido na trama. Na reportagem deste domingo, agora sobre o caso da REFIT e dos devedores contumazes, novamente, não é citado nominalmente nenhum agente político relevante. Tudo é resumido superficialmente a um problema de sonegação, aparentemente desprovido de tentáculos políticos.

4.

Este não é um caso isolado. Segue o mesmo padrão do soterramento do escândalo das Americanas. No fundo, essa cobertura superficial revela-se funcional ao capitalismo rentista que sustenta o projeto pós-bolsonarista. Ela esconde a natureza fraudulenta de uma “lumpem burguesia falida e rentista”, cujas folias já eram criticadas em 1932 por Oswald de Andrade em *O rei da vela* – uma peça que se mostra assustadoramente atual.

Como já não escreveu literalmente Bertold Brecht, por isso lhe é corretamente atribuído, “é melhor fundar um banco do que assaltar um banco” (ou uma loja de Secos e Molhados como as Americanas), e a grande mídia, ao não investigar a fundo esses escândalos, acaba por normalizar o assalto.

O pós-bolsonarismo enfrenta um paradoxo eleitoral: a extrema direita é forçada a cultuar a figura de um líder preso e inconveniente, não por lealdade, mas por dependência de seus votos. Abriu-se a bolsa de apostas para o sucessor do antigo líder nas urnas de 2026, com Tarcísio de Freitas à frente (pode ser também Ratinho Jr.), que precisa navegar na ambiguidade: jurar fidelidade à base, mas deslocá-la do centro do poder real.

O caminho a seguir dependerá fundamentalmente do desfecho eleitoral de 2026. Para que o projeto do “Estado policial constitucional” seja vitorioso, seus idealizadores sabem que é imperativo derrotar Lula e destruir – ou reduzir a esquerda a uma força política secundária no Brasil. Neste sentido, há neste projeto também algo da pasmaceira institucional da República Velha.

A eleição não será sobre uma mera alternância de governo, mas sobre a definição do regime político que governará o

a terra é redonda

Brasil nas próximas décadas: uma democracia que busca se aprofundar e superar suas mazelas históricas, ou um regime oligárquico e semipolicial, a expressão política terminal de um capitalismo rentista e predatório.

Rei morto, rei posto. A morte do corpo não acaba com o protozoário. A prisão de Jair Bolsonaro é a morte do corpo político que abrigou a doença. Contudo, o “antipetismo” e a cultura da “personalidade autoritária”, o protozoário, seguem vivos e ativos. A semana que passou começou a redefinir os contornos da política brasileira. Nos brindou com uma vitória histórica – a prisão dos generais e de Jair Bolsonaro.

No entanto, também desnudou a verdadeira batalha que se avizinha: não mais contra o *outsider* que surgiu como um “raio em céu azul” em 2018, junto com seu séquito de personagens bizarros (que nem Marx ou Victor Hugo imaginariam n’*O 18 de Brumário*), mas contra uma estrutura de poder em transformação, que articula o capital financeiro, a oligarquia política, setores dominantes do agronegócio e a tutela militar, com a cumplicidade de uma mídia que insiste em não ver (ou em não mostrar) os alicerces do criminoso sendo erguidos diante de nossos olhos.

O Brasil está, de fato, em sua mais decisiva encruzilhada contemporânea neste primeiro quartel do século XXI.

***Jaldes Meneses** é professor titular do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA